



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ATA N.º 17/2019

----- Ata da reunião ordinária realizada aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove.-----

----- Aos quatro dias do mês de setembro de dois mil e dezanove, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores, Senhores José Manuel Custódia Biscaia, Célia Maria Ramos Morais, José Manuel Saraiva Cardoso e Irene Paixão dos Santos Leitão.-----

----- Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião.-----

----- De conformidade com o art.º 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos:-----

- 1. Aprovação da ata nº 16/2019.**
- 2. Período Antes da Ordem do Dia.**
- 3. Ordem do Dia.**
 - 3.1. Deliberação sobre o pedido de isenção de taxas formulado pela Comissão de Festas da Senhora da Graça.**
 - 3.2. Informação sobre a transferência de competências, no âmbito da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto (gestão das áreas protegidas).**
 - 3.3. Alteração do nome da entidade beneficiária do subsídio atribuído em 5 de junho de 2019, pedido pelo Rotary Club de Seia.**

Aprovação da ata nº 16/2019.-----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão, no uso da palavra, deu nota que tinha solicitado que fossem efetuadas algumas alterações à proposta de ata apresentada, tendo verificado que as mesmas não foram consideradas, na versão final da ata mencionada em epígrafe. Explanou que a técnica da expressão oral não é a igual à expressão escrita, podendo o sentido ser alterado quando se converte o discurso para a expressão escrita, por esse motivo solicitou a referida alteração.-----

----- O Senhor Presidente explicou que a Senhora Vereadora Irene Leitão tinha solicitado a alteração numa intervenção que dizia respeito ao Presidente da Câmara, na página 316, no último parágrafo, com a seguinte redação: “O Senhor Presidente confirmou que de facto era essa a situação existente”, contudo o que tinha referido em reunião de Câmara é precisamente o que foi vertido na ata, ou seja : “O Senhor Presidente explicou novamente que o memorando foi



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

subscrito” (...). Face ao exposto, a ata apresentada nesta reunião não contempla essa alteração solicitada pela Senhora Vereadora Irene Leitão. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão aceitou a explanação apresentada pelo Senhor Presidente. Após verificar que as restantes alterações, que tinha proposto, foram introduzidas na ata supracitada, declarou que ia votar favoravelmente o referido documento. ----

----- Achada conforme, a ata n.º 16/2019 (da reunião do dia 21-08-2019) foi aprovada, por unanimidade, dispensando-se a sua leitura, devido ao facto do respetivo texto ter sido, previamente, distribuído. -----

Período Antes da Ordem do Dia.-----

----- O Senhor Presidente, no uso da palavra, disse que queria regozijar-se, em relação à aprovação da candidatura do território da Serra da Estrela como Património Nacional da UNESCO. Explanou que esse reconhecimento trará uma vantagem enorme na promoção do território da Serra da Estrela, e em particular do concelho de Manteigas, visto ser o território que detém a maior parte dos geossítios e com maior relevância nacional e internacional, e sem os quais não se teria obtido esta classificação e este reconhecimento. -----

Explanou que com este reconhecimento, o território da Serra da Estrela passa a fazer parte de uma rede mundial, que terá todas as condições para atrair, em termos turísticos e em termos científicos, todos aqueles que têm interesse não só pela geologia, mas também pela paisagem e pelas condições ambientais. Fez votos que este reconhecimento seja mais um motor de desenvolvimento económico e social da Serra da Estrela, e em particular do nosso concelho, pois este é o desejo já expresso por todo o Órgão Executivo. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia tomou a palavra, mencionou que também se congratula com este reconhecimento do território da Serra da Estrela a Geopark, assim como, pelos resultados que tal reconhecimento trará para o concelho de Manteigas e para toda a zona da Serra da Estrela. No seu entendimento, pela primeira vez vamos ter a noção que a Serra da Estrela é um todo e não um somatório de parcelas de quatro ou cinco Municípios. ----

Fez votos e acredita que Manteigas possa vir a beneficiar com tão elevada classificação. Explanou que a Serra da Estrela sempre foi vista e equacionada nos diferentes Municípios, com algum egocentrismo e egoísmo, próprio dos Municípios, contudo a Serra da Estrela ao ser reconhecida como Geopark, passa a ser um “monumento mundial”, facto de incontornável importância. Manteigas contribuiu e contribui, em muito, com o seus “geomonumentos” e geossítios e pela sua história ligada à natureza, para que o Geopark da Serra da Estrela seja uma realidade que aporta mais-valias. -----

Avocou que fica de pé, que através do Centro de Energia Viva e com a colaboração da Agência Nacional da Ciência (envolvendo o apoio da Senhora Presidente Rosalia Vargas) se consiga



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 327 -

criar um Centro de Ciência na Fábrica do Rio e que esse Centro de Ciência possa determinar também a fixação da sede do Geopark Serra da Estrela em Manteigas -----
Avocou que como é de conhecimento, a decisão a nosso favor não será fácil, e mais difícil se o critério de medida for a magnitude do território, isto, porque Manteigas comparado com Gouveia, Seia ou Covilhã, é um concelho mais pequeno. Ainda assim, considerou que Manteigas tem condições para exigir a fixação da sede do Geopark no concelho, quer pela quantidade de monumentos e de geossítios, quer pela nossa localização, quer pela presença dos espaços, quer ainda pela instalação que se pretende que venha a acontecer do Centro de Ciência Viva na Fábrica do Rio. -----

Declarou que estará disponível para acompanhar o Senhor Presidente, se ele assim o entender, nessa senda. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso solicitou a palavra, aludiu que é de conhecimento público que, em determinada altura, foi deliberado pela Associação do Geopark e foi agendado para uma reunião, a escolha do local onde a respetiva sede iria funcionar. -----

A única proposta que apareceu foi da Câmara da Covilhã, subscrita por Belmonte e por Seia, que previa que a sede fosse na Torre, o que na sua opinião é despropositado, pois está fora dos aglomerados populacionais. Na altura, todas as Câmaras apresentaram uma espécie de candidatura, cada uma apresentou os seus argumentos a justificar a sediação na sua localidade. No seu entendimento, vai haver uma grande disputa sobre a sede do Geopark. Alegou que se a discussão assentar sobre critérios científicos, a sede não pode ser em outro local que não seja em Manteigas, pois é o concelho que detém os geossítios mais emblemáticos, em qualidade e em quantidade, sendo que está localizada no centro do Parque Natural da Serra da Estrela e no centro do Geopark.-----

Argumentou que o único concelho que tem fronteira com os outros concelhos, que também pertencem ao Geopark, é Manteigas. Por outro lado, detemos ótimas instalações e com alternativas, pois tanto pode ser utilizado o Ninho de Empresas, como a Fábrica do Rio, como o anexo da Fábrica do Rio, para o efeito. Em suma, Manteigas possui várias instalações prontas, para receber a equipa técnica do Geopark. -----

Sublinhou que o mais importante nesta matéria foi a aprovação da candidatura, contudo na sua opinião Manteigas "agiganta-se com a sua pequenez", porque o que é emblemático no Geopark está situado em Manteigas. -----

----- O Senhor Presidente considerou que todo o Órgão Executivo tem a mesma opinião, no que diz respeito à localização da sede. Disse ter conhecimento que houve uma reunião da Assembleia Geral do Geopark, onde cada Município votou em si e inviabilizou a localização da sede. Explanou que essa reunião ocorreu num período um pouco conturbado, no que diz



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

respeito à preparação da candidatura. Na altura, o próprio tinha apresentado a seguinte proposta: primeiro deve ser preparada e apresentada a candidatura, espera-se que a mesma seja aprovada pela UNESCO, sendo que até isso acontecer não se deve criar ruído à volta deste processo, de modo a não se prejudicar a aprovação da própria candidatura. Após a mesma ser aprovada, cada Município teceria a sua argumentação relativamente à localização da sede do Geopark. -----

Recordou que a Câmara tem vindo a argumentar sobre esta matéria, tanto em reunião do Órgão Executivo como em Assembleia Municipal. Inclusivamente, no dia anterior a esta reunião, nas declarações que prestou à comunicação social, embora não tenha feito essa argumentação de forma clara (porque o momento era de enaltecer o reconhecimento do território como património mundial) ainda assim, sublinhou que Manteigas tem a maior parte dos geossítios de maior relevância, tendo destacando o Vale Glaciar, os Cântaros, o próprio Rio Zêzere, as lagoas e todo um conjunto de geossítios, que nos permitem dizer que somos o território mais classificado, dentro de um território classificado pela UNESCO. -----

Explanou que no momento certo, que não será longínquo, irão debruçar-se sobre a localização do Geopark. Recordou que já referiu em reunião de Câmara e em Assembleia Municipal, que está disposto a utilizar medidas mais drásticas, porque sem Manteigas não há Geopark e aí tudo é colocado em causa. Portanto, se tal tiver que ser feito, terá de o ser com toda a segurança. ---

Fez votos que não seja necessário adotar tal medida, inclusivamente, nesta data tinha reunido com o Senhor Presidente da Direção do Geopark Estrela, que é cumulativamente o Presidente do Instituto Politécnico da Guarda, onde abordou esta temática, tendo exposto a pretensão que a sede do Geopark fique localizada em Manteigas. Pretensão essa que também é conhecida pelos restantes Presidentes de Câmara que pertencem ao Geopark. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso reiterou que não se deve fixar a sede do Geopark na Torre, pois não faz qualquer sentido por estar longe dos aglomerados populacionais. -----

----- O Senhor Presidente declarou que é contra essa proposta apresentada pela Covilhã, embora a Torre seja a confluência de três territórios, mas é preferível a sede ficar num dos concelhos. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia tomou a palavra, referiu que a Torre é um assunto já muito debatido pelas piores razões. Quando há neve não se chega lá, quando se chega lá não há neve, além de ser um espaço em degradação. Declarou que é contra a ação de retirar neve nas estradas de acesso à Torre. Sublinhou que estamos a provocar o que será a prazo a grande hecatombe natural, quando abrimos as estradas e retiramos a neve. A escassez



da água é já um caso visível, agravando-se a situação com a enorme quantidade de sal que está a ser introduzida para remoção da neve. -----

Por outro lado, os Municípios que estão na sua base, quer seja a Covilhã, Manteigas ou Seia, nada têm a lucrar, antes pelo contrário, com o facto de permitir que os turistas tenham que chegar à Torre, atendendo que estes, por vezes, demoram horas para aí chegarem, e quando chegam ao local não há nada. A pista de ski não tem o mínimo de condições para qualquer atividade, a começar pelo estacionamento. Os portugueses que fazem ski não procuram estas pistas, saem de Portugal e vão para outras estâncias estrangeiras. A questão que se levanta é: porque é que se gasta uma fortuna com Bombeiros, GNR e com as Infraestruturas de Portugal, para se permitir circulação, que conduz a um sítio que está malbaratado, desprotegido, pouco cuidado e em nada contribui para promover os concelhos serranos.. -----

Portanto, esta é mais uma das razões para que a sede do Geopark não fique situada na Torre. Defendeu que temos, de uma vez por todas, deixar de agredir a natureza e preservar os seus ciclos. Recordou que antigamente, mesmo em setembro, pelas festas concelhias ainda se ia buscar neve à Serra para refrescar as bebidas. Tínhamos neves perpétuas. Neste momento corremos o risco de qualquer dia termos uma paisagem desnudada, causando danos irreversíveis no abastecimento de água natural e no abastecimento dos aquíferos, que não são eternos e que correm o risco de se perderem. -----

Referiu que, tal como o Senhor Presidente já tinha mencionado, Manteigas tem imensos geossítios e geomonumentos, tais como os Cântaros. Manteigas tem mais de duzentos sítios, sendo que na altura teve o cuidado de entregar à Comissão do Geopark que fez a proposta, um exemplar da obra escrita de um Manteiguense, onde estão descritos todos esses mais de duzentos sítios, tendo a própria Comissão utilizado o referido livro no estudo que realizou. Avocou que bastará avocar os dados (...) nessa obra para sustentar a justificação para que a sede fique localizada em Manteigas, mas, se ainda assim, for preciso validar os dados existentes, pode-se mandar realizar um estudo para enfatizar a posição da Câmara de Manteigas. -----

Fez a ressalva de que não é de menos importância, que a Senhora Dra. Rosalia Vargas, da Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, que é da opinião que Manteigas deve ter um Centro a esse nível, que a própria seja avocada para este processo, conjuntamente com a Universidade da Beira Interior, pois, a concretização e instalação de um Centro de Ciência Viva em Manteigas, é mais um argumento para que a referida sede fique aqui situada. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que o estudo está feito, sendo que não haverá melhor estudo, em termos científicos que validem todos os geossítios da Serra da Estrela, do que aquele que foi submetido à Comissão Mundial da UNESCO. Explanou que os geossítios de



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Manteigas estão perfeitamente identificados, existindo uma listagem onde indica, claramente, qual é a importância de cada um deles. Portanto, o Município de Manteigas tem argumentação mais do que suficiente nessa matéria. -----

Considerou que para já não se deve dar demasiada importância à proposta feita pela Covilhã, nem se deve, por enquanto, fazer-se esta discussão sobre a localização da sede do Geopark. Pois, no momento oportuno, essa argumentação será explanada, até porque vai ser convocada uma Assembleia Geral do Geopark. -----

No que diz respeito ao Centro de Ciência Viva, apenas se está à espera que a UBI tenha solidez suficiente relativamente ao trabalho que já entregou. Considerou que as sugestões apresentadas pelos Senhores Vereadores são vantajosas para o processo em apreço. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão solicitou a palavra, referiu que se congratula por ver a satisfação expressa pelos restantes membros da Câmara, com a aprovação do território de Manteigas no Geopark. Ainda assim, disse que ia deixar a sua congratulação para quando verificar os efeitos práticos desta aprovação, em termos de desenvolvimento para o concelho, porque pelo o que lhe foi dado a conhecer esta classificação abrange um território muito vasto. -----

Aludiu que concorda com tudo o que foi disto sobre esta matéria. Manteigas sem dúvida é o centro natural e o coração da Serra da Estrela, por natureza. Contudo, continua a achar que há outros interesses, por parte de Municípios com mais poder que o nosso em termos de decisão política, pois isso infelizmente é o que faz avançar estas matérias. Face ao exposto, disse que queria deixar para mais tarde essa congratulação, sem minimizar o esforço que foi feito por quem teve o trabalho, implementou e dinamizou esta candidatura. -----

----- O Senhor Presidente, no uso da palavra, solicitou que neste ponto da Ordem de Trabalhos a Senhora Vice-Presidente prestasse informação sobre a escola primária. -----

----- A Senhora Vice-Presidente explanou que relativamente à escola primária, foi assinado um contrato com o empreiteiro que está a executar a obra, onde é determinada uma data específica de conclusão dos trabalhos. Sendo que escola deveria estar pronta no final do mês de agosto. Deu nota, que na semana passada, ao falar com o empreiteiro em causa, verificou que era de todo impossível ter a escola pronta na data prevista, de forma a dar início ao ano letivo do pré-escolar e do 1º ciclo. -----

Avocou que, caso se entenda, o empreiteiro pode ser penalizado por não ter cumprido o prazo estipulado, contudo é necessário ter em conta, que este atraso também se deveu ao facto de as empresas que fornecem os materiais se encontrarem de férias no mês de agosto, tendo isso causado constrangimentos. Aludiu que, como é de conhecimento, o mês de agosto não é



propício para a realização de grandes obras, pois os prazos acabam sempre por não serem cumpridos. -----

Atendendo que os pais dos alunos e os próprios professores já tinham manifestado preocupação junto do Município, relativamente à possibilidade de a escola não ter condições para iniciar o ano letivo, procurou-se um alternativa, que foi falar com o Instituto de São Miguel, no sentido de as aulas terem início no Colégio Nossa Senhora de Fátima. Explanou que, nesse seguimento, expôs essa solução ao professor Renato e ao professor José Manuel, com a qual concordaram, tendo também havido a respetiva autorização por parte do Instituto de São Miguel, para a utilização do referido edifício. -----

Indicou que a Câmara assegura que a segurança dos alunos está garantida, visto que o Colégio Nossa Senhora de Fátima tem dois pisos. Será, ainda, efetuado pela Câmara Municipal o transporte das crianças que irão almoçar ao Patronato. Deu conhecimento que, no dia 10 de setembro, irá realizar-se uma reunião com a Escola, a Câmara e os pais dos educandos, para explicar esta situação, que embora possa não ser a melhor, mas é a mais razoável. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso questionou se as refeições dos alunos serão servidas no Colégio Nossa Senhora de Fátima. -----

----- A Senhora Vice-Presidente esclareceu que as refeições serão servidas no Patronato, porque o Colégio não tem cozinha para servir refeições, para além de que teria de haver a deslocação de todo o equipamento de cozinha para o local. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão aludiu que, tal como a Senhora Vice-Presidente tinha referido, o mês de agosto é um mês ingrato para se fazerem obras. Nesse contexto, suscitou a seguinte questão: sabendo que a Escola precisava de obras, não seria conveniente ter antecipado as obras para um período anterior ao mês de agosto, de modo a se conseguir fazer a conclusão das mesmas mais cedo? -----

----- O Senhor Presidente declarou que essa era a vontade do Executivo em funções, contudo os processos não dependem apenas da Câmara. O concurso foi lançado em tempo recorde, exatamente porque houve uma série de pareceres e de intervenções de outras entidades que demoraram, nomeadamente, a Direção Regional de Educação demorou até no seu próprio parecer. Por outro lado, esta obra estava dependente de uma candidatura, sendo que assim que houve condições avançou-se com o concurso. -----

Explicou que não se quis adiar a execução desta obra para o ano letivo seguinte, porque seria atemporal. Por outro lado, também não se podia desenvolver as obras com a escola em funcionamento, porque os inconvenientes seriam muito maiores. -----

O que é certo é que, quando se apresentou a obra a concurso, o caderno de encargos previa um determinado prazo, que infelizmente não está a ser cumprido, sendo que o Município tem que,



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

de uma vez por todas, obrigar a que os cadernos de encargos sejam cumpridos e, provavelmente, terá que se recorrer às penalizações previstas. As entidades quando concorrem tem de perceber se são capazes de cumprir o que está definido no caderno de encargos. -----

Aludiu que a alternativa apresentada pela Senhora Vice-presidente foi definida atempadamente, assim que se detetou o atraso na execução da obra, sendo que não causa grandes constrangimentos e, certamente, vai funcionar bem até ao limite do prazo de execução da obras, que atualmente estão a avançar com bastante ritmo. Inclusivamente, já tinha verificado que há um maior número de meios humanos a trabalhar na referida obra. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão questionou qual a razão de o empreiteiro ou de a autarquia não tirar o entulho que está junto da própria escola. Disse julgar que existe um regulamento municipal que penaliza os municípios que executam obras e que deixam resíduos na via pública. -----

----- O Senhor Presidente explicou que a obra não está concluída, continuando a produzir resíduos. Indicou que há um documento no projeto, que é a declaração de gestão de resíduos das demolições. Explanou que o Município tem de imprimir essa obrigação nos empreiteiros, pois já ficou claro que para além da falha no cumprimento dos prazos, também se verificam falhas relativamente aos meios que dispõem para executar as obras. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão disse que, na sua opinião, tem de se arranjar uma alternativa aos contentores que estão localizados na Rua 1º de Maio. Trata-se da rua mais emblemática de Manteigas e que está a ostentar ali aqueles contentores de redolha de produtos. Considerou que se deveria estudar o assunto e pensar em outro local para se colocar esses contentores, designadamente, os que estão aqui, pois em nada abona a dignidade do edifício. -----

----- O Senhor Presidente anuiu que essa situação já foi pensada, contudo a Rua 1º de Maio tem o problema de não possuir espaços públicos para colocação de contentores. O constrangimento que aquele ecoponto está a causar é enorme, mesmo em termos de trânsito. É verdade que ninguém gosta de o ver naquele local, contudo a alternativa é comprar um espaço privado para o efeito. Avocou que a solução até já foi pensada, seria criar uma ilha ecológica junto à igreja de São Pedro, à semelhança daquela que está localizada na Rua Dr. Sobral. O problema é que vai entrar em conflito com o trânsito pedonal ao cimo das escadas da igreja. Agradeceu o alerta deixado pela Senhora Vereadora Irene Leitão. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, no uso da palavra, reiterou que no seu entendimento, o edifício sito no Chão das Barcas é património da Câmara. Explanou que não se iria opor se o mesmo fosse vendido ou cedido aos Baldios de forma simbólica, visto que se encontra situado em terreno que é pertença dessa entidade. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Recordou que o edifício foi construído no tempo do Dr. Albino Leitão, sendo que continua a considerar que o mesmo é património municipal, pois as construções realizadas em terrenos Baldios são propriedade de quem as realizou. Questionou se o espaço em causa está licenciado para a recolha de leite, visto que está a ser utilizado para esse efeito. -----

No que diz respeito aos livros do Senhor José Cleto Estrela, inquiriu se já houve desenvolvimentos. -----

Referiu que ia abordar um assunto que para si é sensível, pois cruza com outras situações, sendo que desconhece se já foi no atual Executivo ou no anterior, que se aprovou o projeto da Casa dos Fiadeiros. Explanou que a Casa dos Fiadeiros era um edifício que possuía marcas do património judaico. Por outro lado, o Município tem um guia onde estão todas as marcas desse património e um livro onde estão identificadas todas as marcas judaicas. Considerou esses livros caríssimos. -----

Deu nota que quando viu a casa a ser rebocada, julgou que existiria o mínimo de sensibilidade de manter visíveis as referidas marcas judaicas, pois caso contrário o Município terá de fazer uma errata ao livro e o próprio guia tem de ser redefinido, visto que aquele edifício é um local de visita obrigatório no percurso das marcas judaicas. -----

No que concerne à sinalética, indicou que é uma omissão que considerou não ser grave, em relação à ata anterior e por isso não quis alterar a mesma, contudo considerou que a Câmara deveria officiar e dar um prazo para a retirada da sinalética, que induz em erro o visitante sobre estabelecimentos de alojamento e restauração que não estão a funcionar. Avocou que não pretendia referir nomes, contudo há alguns estabelecimentos, que já no tempo do primeiro mandato do Senhor Presidente Esmeraldo Carvalhinho, estavam fechados e continuam sinalizados. -----

Considerou que as placas servem para informar o visitante, sendo que as pessoas vão atrás das placas e quando chegam à porta está tudo fechado. -----

Indicou que, embora ainda não se esteja em fase de elaboração do Plano de Atividades e Orçamento, ainda assim, considera que as UOPG's do Covão d' Ametade e do Covão da Ponte têm que obrigatoriamente serem feitas. Referiu que teve conhecimento que os Baldios de Santa Maria mandaram elaborar um projeto para criação de um parque de campismo rural no Covão da Ponte. Referiu que, no seu entendimento, não há forma de ser aprovado qualquer parque rural no Covão da Ponte, caso não haja previamente uma UOPG aprovada. -----

No que diz respeito à Escola de Hotelaria, disse que gostaria de saber se houve desenvolvimentos satisfatórios. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia fez uso da palavra, indicou que ia abordar um assunto que lhe tinha chegado ao seu conhecimento. Mencionou que lhe foi



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

indicado, que foi colocado um portão no tanque de água da Várzea e que o mesmo está seguro num muro particular, cuja proprietária é a Senhora Maria da Conceição Gaspar. Fez a ressalva que tal carece de confirmação, pois desconhece se é ou não verdade, sendo que agradecia que o Senhor Presidente diligenciasse no sentido de confirmar se foi ou não utilizada a propriedade privada para o efeito. Caso tenha sido, deve-se um pedido de desculpa à Senhora supracitada - Reiterou um conjunto de perguntas as quais o Senhor Presidente tem vindo a responder que existirá intervenção a curto prazo, designadamente, as obras que ainda faltam na Biblioteca, mais especificamente no elevador que não funciona, e a iluminação do Posto de Turismo, que continua a não existir. Questionou se estas matérias estão em evolução e para quando a sua concretização, pois já passou tempo de mais. -----

No que concerne à Praça Central, disse que julgava que tudo está encaminhado, apenas se está a aguardar que a Ordem dos Arquitetos tome uma atitude sobre a abertura do concurso, participação no júri e seleção de propostas. -----

----- O Senhor Presidente tomou a palavra para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Vereadores. Indicou que relativamente ao edifício do Chão das Barcas, tinha solicitado aos serviços que fosse compulsada toda a documentação, para se verificar como se pode reivindicar a posse do edifício supracitado. Disse ter conhecimento que o mesmo não foi registado como património da Câmara, ainda assim ia insistir no assunto. Indicou que desconhecia que o mesmo estava a funcionar como depósito de recolha de leite, sendo que não sabia se precisa de licenciamento específico para o efeito, contudo essa é uma questão que o serviço de Fiscalização do Município terá de informar. -----

Deu nota que o assunto do Senhor José Cleto Estrela está encaminhado. Recordou que, na última reunião de Câmara, foi aprovada uma Revisão Orçamental, pois a rubrica em causa não estava suficientemente dotada para o efeito. Neste momento estamos em fase de contrato com a empresa que vai realizar a impressão do livro. Explicou que há um pequeno pormenor que ainda vai ser discutido com o Senhor José Cleto Estrela, que se prende com a capa e com a própria gramagem da mesma. O autor supracitado defendia que a capa deveria ter uma gramagem superior, contudo o preço é significativamente maior. Na sua opinião, não há necessidade de a capa da obra ter essa especificidade. Concluiu que a Câmara terá ainda uma última conversa com o Senhor José Cleto Estrela, sobre esta matéria. -----

No que concerne ao projeto da Casa dos Fiadeiros, disse julgar que o Senhor Vereador José Cardoso ia falar do muro que está na parte de trás e que confina com o caminho junto ao Ribeiro, pois possui uma imagem que não se enquadra em nenhum edifício que o circunda, tendo já chamado à atenção para essa situação. Relativamente às marcas judaicas do edifício, disse que se recordava que as mesmas estavam situadas na porta baixa, ao lado do balcão de



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 335 -

pedra, contudo ainda não tinha reparado que as mesmas deixaram de estar visíveis com as obras. Indicou que se ia tentar sensibilizar o proprietário. -----

No que diz respeito ao do Covão da Ponte, aludiu que assistiu à assinatura do protocolo de cedência de gestão do espaço, do ICNF para os Baldios. Disse ter conhecimento de que houve intervenção no que diz respeito aos equipamentos de gestão de resíduos, à limpeza, nos edifícios que aí estão construídos, contudo não tem conhecimento de novas construções no local, nem existe qualquer projeto na Câmara de licenciamento de um parque de campismo. ---- Anuiu que no próximo Plano de Atividades podem ser incluídas as UOPG's mencionadas. Atualmente, estão numa fase inicial as ARU's de Sameiro e Vale de Amoreira. Há um gabinete técnico que está responsável pela elaboração da UOPG da Relva da Reboleira, existindo o compromisso de que, na próxima reunião de Câmara, esse gabinete venha fazer a apresentação do trabalho que já está feito, de modo a que o Órgão Executivo possa também apresentar propostas e sugestões. -----

Explanou que o assunto da Escola de Hotelaria, foi um dos temas que abordou, nesta data, com o Senhor Presidente do Instituto Politécnico da Guarda. Já há algum tempo que este assunto tem vindo a ser discutido, no sentido de envolver o Instituto Politécnico na gestão pedagógica e científica da Escola de Hotelaria e também relativamente à possibilidade de ali ser implementado outro tipo de cursos, com a colaboração dessa instituição de ensino. -----

Em relação ao ano letivo que se vai iniciar, neste momento falta ter a certeza se são emitidos os vistos de permanência em Portugal, por parte do Consulado de Portugal em São Tomé, para os alunos. A turma de primeiro ano está constituída, tem o número de alunos suficientes, vindos de São Tomé, com garantias de financiamento do POCH. Trata-se de um acordo entre o Ministério da Educação e a gestão do POCH, permitindo que as turmas, desde que integrem alunos nacionais, sejam completadas com alunos de fora da União Europeia e estes serem financiados através do POCH. -----

Assim sendo, há algumas garantias de que a Escola irá ter mais alunos do que teve no ano anterior, com a possibilidade de a mantermos a trabalhar no futuro, sendo que durante o próprio ano letivo irá trabalhar-se com a Escola de Hotelaria, no sentido de serem criadas condições para atrair mais alunos. -----

Deu nota que, na semana seguinte, tentaria ir junto do Ministério da Educação, pois verificou algumas movimentações na região, relativamente à construção de um hotel escola, o que será extremamente prejudicial para o funcionamento da Escola de Hotelaria de Manteigas (embora tal situação dependa sempre dos graus de ensino que esse hotel escola venha a lecionar). Explanou que pretende intervir nesse processo, logo numa fase inicial, de modo a impedir que se fragilize, ainda mais, a Escola de Hotelaria de Manteigas e, acima de tudo, tentar desenvolvê-



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

la e dar-lhe continuidade, não só em termos de estabelecimento de ensino, mas também em termos de reforço da qualidade que possui, com outros cursos que possam vir a ministrar. -----

O Instituto Politécnico abriu as suas portas, tendo firmado a sua colaboração connosco, no sentido de procurar novas formas de projeção da Escola de Hotelaria, através de novos cursos e do apoio deles na dignificação da Escola, para que depois os alunos possam aceder a outros cursos do ensino superior. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso considerou que o problema da Escola de Hotelaria prende-se mais com a falta de alunos, do que em ter novos cursos, visto que com algumas resistências da própria escola, já há muitos anos que viram aprovados cursos de termalismo e de energias renováveis, sendo que há apenas uma escola no país, em Nisa, que lecionava o curso de termalismo. -----

Nesse sentido, foi negociado com a Fundação Inatel para que as aulas práticas funcionassem nas Termas de Manteigas, tendo havido recetividade por parte dessa entidade, contudo a própria escola depois canalizava as inscrições do curso de termalismo para o curso de cozinha ou de restauração, porque havia poucas matrículas. -----

Deu conhecimento que, há poucos dias, tinha sido premiado no Canadá um aluno da escola supracitada, tendo sido distinguido por causa de um prémio que recebeu no reaproveitamento de desperdícios alimentares. Constatou que há alunos que passaram pela Escola de Hotelaria de Manteigas e que estão espalhados por todo o mundo, por isso, na sua opinião, deveria solicitar-se à Escola que faça um mapa, com os locais onde há alunos que frequentaram essa instituição de ensino, pois seria um motivo engraçado de distinção e de promoção da própria Escola. -----

----- O Senhor Presidente referiu que precisamente por se ter percebido que o problema dessa escola se prende com a falta de alunos, é que se desenvolveu todos os esforços para trazer alunos de fora. -----

Relativamente ao portão do tanque da Várzea indicou que ia diligenciar no sentido de se verificar o que se passa. Disse ter conhecimento que no local existe água de regadio, que vai ter a um tanque por baixo da estrada, tendo a conduta de regadio abatido e agora está desviada para o lado direito. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso aludiu que julgava que a proprietária do terreno contíguo ao parque da Várzea e que dá acesso ao açude, seria capaz de vender o espaço por um preço simbólico. Disse ter constatado que todas as pessoas que visitam aquele espaço, lamentam não poderem ir ao rio. No seu ponto de vista, deveria existir uma praia fluvial, mesmo que não fosse vigiada, sendo que para o efeito é necessário aquele terreno para ter acesso ao açude. -----



----- O Senhor Presidente informou que na próxima reunião de Câmara será apresentada uma nova proposta do Passeio do Zêzere, que tem início no Parque da Várzea. Nesse contexto, pode-se equacionar a possibilidade de se fazer também essa ligação. -----

No que diz respeito às obras da Biblioteca, concordou que de facto os trabalhos tardam em ficar concluídos. A resposta do empreiteiro não foi eficaz, tendo sido decido que se ia notificar o mesmo, no sentido de o equipamento ficar em condições de utilização. Caso o empreiteiro não responda, o Município irá substituir-se a este e realizar as obras necessárias, contudo há procedimentos que têm de ser feitos para serem acionadas as cauções. O empreiteiro não assume a responsabilidade, perde financeiramente as cauções que tem depositadas e os 5% sobre os pedidos de pagamentos. Assegurou que ia monitorizar em que ponto se encontrava esta matéria. Explanou que o mesmo procedimento será desenvolvido em relação ao Posto de Turismo. -----

No que concerne à Praça Central, indicou que não houve grande evolução por parte da Ordem dos Arquitetos. Explanou que solicitou ao Senhor Engenheiro João Gabriel para agendar uma reunião com essa entidade, dado que há compromissos assumidos que não estão a ser cumpridos. Avocou que para se voltar atrás e iniciar-se o processo é complicado, sendo que também tinha acreditado neste processo, contudo considera que a Câmara não fez bem em ter celebrado este tipo de acordo com a Ordem dos Arquitetos. Até porque, a última questão que se colocou antes de se falar com essa entidade, foi relativamente à necessidade de adequar o processo à nova legislação que foi publicada, que veio alterar os termos de lançamento de concurso. Assegurou que na próxima reunião de Câmara daria uma resposta sobre esta matéria.

----- **Ordem do Dia.** -----

Deliberação sobre o pedido de isenção de taxas formulado pela Comissão de Festas da Senhora da Graça. -----

----- Foi presente, o pedido de isenção de taxas de ocupação da via pública, relativo à Festa em Honra da Nossa Senhora da Graça. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida isenção de taxas. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Informação sobre a transferência de competências, no âmbito da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto (gestão das áreas protegidas). -----

----- Foi presente, a informação sobre a transferência de competências, no âmbito da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto (gestão das áreas protegidas). -----

----- O Senhor Presidente fez uma breve explanação sobre esta matéria. Deu nota que no diploma que foi promulgado, a alteração mais significativa prende-se com o facto de aliviar o



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ICNF, no que diz respeito aquilo que é a exposição mais negativa perante a população. Por outro lado, o Presidente da Câmara que vier a presidir à Comissão de cogestão, será responsável pelas notificações, pela fixação das coimas. Explanou que lhe fazia lembrar os autos que a GNR levanta de transgressões, relativas à falta de cumprimento da lei de gestão de combustíveis, que depois são remetidas para a Câmara, que por sua vez instrói os processos juridicamente e manda para a fixação das multas, e dos prazos para a respetiva liquidação, sendo que depois é o Presidente da Câmara que notifica o visado. -----

Concluiu que aquilo que advém desta legislação são questões negativas para as Câmaras Municipais. Desde logo, essa tarefa captura parte do Orçamento da Câmara, porque os membros da Comissão da cogestão são responsáveis pelo financiamento, assim como captura um técnico da Câmara Municipal, pois cada membro desse órgão é obrigado a disponibilizar um técnico. No seu ponto de vista, este diploma não traz qualquer possibilidade de aproximação do Parque Natural da Serra da Estrela à população, que era o que se pretendia, com a intervenção dos autarcas e haver uma maior proximidade. -----

Explanou que qualquer posição que o Órgão Executivo tome vai vincular a Câmara. Deu nota que já conversou com outros autarcas, tendo solicitado que se juntassem para discutir esta matéria, sendo que ficou assente que cada autarquia ia analisar o tema e depois reuniam para dar uma resposta conjunta em relação a este diploma. As autarquias têm ainda algum tempo, até dia 21 de outubro, para dar uma resposta. -----

Considerou que as Câmaras Municipais devem estar presentes na gestão, contudo tem que se ver como é que isto funciona, e se as autarquias terão de assumir toda a responsabilidade. Propôs que se retirasse este ponto da Ordem de Trabalhos e se reagendasse o mesmo para uma próxima reunião, dentro do prazo mencionado. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, no uso da palavra, sugeriu que em vez de se retirar o ponto supracitado, que se alterasse a redação do mesmo, ou seja onde se lê: *“Deliberação sobre a transferência de competências, no âmbito da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto (gestão das áreas protegidas)”*, deverá ler-se: *“Informação sobre a transferência de competências, no âmbito da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto (gestão das áreas protegidas)”*. ----

----- A Câmara concordou com a alteração do ponto 3.2 com a seguinte redação: *“Informação sobre a transferência de competências, no âmbito da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto (gestão das áreas protegidas)”*. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão questionou se a autarquia se pode recusar a aceitar esta transferência de competências. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que a autarquia pode recusar-se a aceitar esta transferência de competências, contudo a Câmara não pode andar a exigir a sua participação



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

nesta matéria, tal como tem feito, e depois quando permitem essa participação, recusar-se a fazê-lo. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão considerou que será uma boa oportunidade para rever o Plano do Parque Natural da Serra da Estrela, que no seu ponto de vista só tem prejudicado o Município de Manteigas. -----

----- O Senhor Presidente clarificou que o Plano supracitado foi revisto há pouco tempo, neste momento o que está a ser feito é um programa especial de gestão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela, que tem uma comissão de acompanhamento, onde estão representadas as Câmaras Municipais, os representantes dos operadores da área do turismo, da hotelaria, das empresas de animação turística. Em suma, a referida comissão é composta por vários organismos, contudo cada vez que se levam sugestões para essas reuniões, as mesmas são anotadas, mas depois na reunião seguinte não têm eficácia nenhuma, porque o ICNF tem uma estrutura impenetrável. -----

O que se depreende deste diploma é que perante a proposta de criação de um órgão de cogestão que envolva os Municípios, o ICNF deixa de ter o ônus e o mesmo passa para os Presidentes de Câmara. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, fez uso da palavra para tecer algumas considerações sobre o assunto em apreço. Aludiu que a atitude do ICNF é diferente para com o concelho de Manteigas, comparativamente aquilo que é para com todos os outros concelhos. Para os outros concelhos, o ICNF é quase marginal, isto porque os mesmos têm apenas uma ou outra freguesia inserida no Parque Natural da Serra da Estrela, o que dá muito trabalho ao ICNF. A título de exemplo, referiu que na Guarda os projetos das freguesias que estão na área do Parque Natural da Serra da Estrela vão todos ao ICNF, porque o PDM da Guarda não foi aplicado às freguesias, contudo os outros concelhos que têm pequenas áreas residuais no Parque Natural, o ICNF não se importa com essas. Por seu lado, Manteigas tem todo o território inserido no Parque Natural da Serra da Estrela, e é penalizado porque pertence a esse Parque Natural. Aliás, tem uma dupla penalização, visto que o ICNF administra o nosso território, de uma forma diferente do que o faz em outros concelhos, em parceria com os Baldios, dado que têm uma cogestão e nem atam nem desatam. -----

Os planos de ordenamento florestal que deveriam ser feitos nunca foram apresentados, nem aprovados. No seu ponto de vista, o governo nesta matéria das competências, continua a brincar com as Câmaras e isso tem que acabar de alguma maneira. -----

----- O Senhor Presidente explanou que propôs a dois autarcas que o assunto seja discutido por todos os concelhos que estão inseridos no Parque Natural da Serra da Estrela, que seja produzido um documento que conteste este diploma, exatamente naquilo que diz respeito à



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

corresponsabilização dos autarcas, que não se traduz numa maior aproximação às populações. Avocou que os Municípios têm de reagir em relação a isto. Deu nota que o que serviu de modelo para esta cogestão dos parques nacionais e regionais, foi uma experiência que fizeram no Douro Internacional e que dizem que funcionou bem. -----

Informou que, nesse sentido, no Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios, suscitou a questão do ICNF e do estrangulamento que essa entidade causa aos territórios que estão classificados, em particular o concelho de Manteigas, que está totalmente inserido no Parque Natural e não tem periferias de maior dinâmica, como têm outros concelhos à sua volta, que possuem uma parte do seu território dentro do Parque Natural, mas depois têm periferias de maior dinâmica onde podem fixar indústria e tecido económico. Manteigas não tem essas periferias, portanto está claramente prejudicada. -----

Informou que, perante a questão que suscitou, o Senhor Presidente de Câmara que preside à Comissão de cogestão, respondeu que o referido modelo é interessante e que essa podia ser a opção para os restantes territórios. Disse que já pensou em solicitar uma reunião com esse autarca para se perceber como é que a experiência funcionou. -----

Sublinhou que o Presidente que ficar a presidir a cogestão, “vai dar o peito às balas” perante a população. Este diploma não alivia em nada a presente situação, porque não fala no Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela, nem da forma exacerbada como ele é aplicado, na intenção dos técnicos, na deslocalização até de serviços técnicos, que por estarem mais próximos dos utentes podem criar uma relação de maior proximidade e até de entendimento dos problemas do território. Este diploma não altera absolutamente nada, só vem responsabilizar os autarcas. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão sugeriu que quando for feita essa discussão, que se concretize o que entendem por atos de gestão das áreas protegidas, que retirem competência ao Parque e que atribuam essas funções aos Municípios, pois aí já há a contrapartida para poder penalizar e fazer o papel de cobrador. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia tomou a palavra, explanou que isto sustenta-se numa coisa: o Plano de Ordenamento do Parque já está integrado em cada um dos Planos Diretor Municipal das Câmaras, foi obrigatório. Sendo que agora ainda falta a REN. -----

Concordou com a Senhor Vereadora Irene Leitão, pois parece que se anda a assaltar os Municípios com um conjunto de bandeiras chamadas de descentralização, quando o que se está a fazer é exatamente aliviar as responsabilidades, como acontece já com as escolas que têm dois patrões, já têm as auxiliares, da responsabilidade Câmara e tem os professores do Estado. Agora querem, ainda, largar mais uma parte para a Câmara, pois todas as obras das Escolas passam para a responsabilidade das Câmaras Municipais. Também nos Centros de Saúde os



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

médicos e enfermeiros ficam a cargo do Estado, os restantes profissionais ficam agregados às Câmaras Municipais. -----

Considerou que esta situação não é benéfica. As escolas ou são responsabilidade do Governo ou das Câmaras. Os professores na sua corporativização de funções, afirmam que não concordam em ficar na dependência dos Presidentes da Câmara, o Governo concorda. Qual é o racional, questionou. -----

No seu ponto de vista, falta referir no diploma, em apreço, quais são as verbas para o Parque Natural da Serra da Estrela, que estrutura é que vai ter em termos funcionais. Pelos visto essa estrutura depois não obedece ao Presidente da Câmara, obedece ao Diretor do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas. Considerou que isto nunca pode chegar a bom-porto. ----- Aludiu que, tal como o Senhor Presidente referiu na sua explanação, tanto neste como nos anteriores mandatos, quando o Município tinha propostas para apresentar e queria efetivamente intervir na elaboração do Plano de Atividades (que já só era apresentados em Abril ou Maio) já não se permitia nenhuma remodelação, pois os documentos eram só para conhecimento e não havia mais nada para fazer. Declarou que se é para continuarmos nestes termos, não concorda com esta transferência de competências. -----

Explanou que tem que se colocar a questão nos seguintes termos: quais são as verbas a gerir e que vêm do Estado, qual é a estrutura funcional e qual é o comando do Presidente sobre a estrutura funcional. Depois de se esclarecerem estas duas questões, às quais o governo se tem eximido, visto que não diz quanto é que transfere para cada um dos Municípios pela saúde, pela educação e pelo conjunto de matérias que quer transferir, só depois é que se pode decidir se se aceita ou não essas competências. -----

Avocou que o governo ao contrariar o que é de bom-senso, ao não atribuir montantes a estas transferências de competências, está a fugir nitidamente às responsabilidades de ser ele próprio a criar as regras “com cabeça, tronco e membros”, visando apenas transferir para as Câmaras mais responsabilidades sem clarificar. -----

Clarificou que teria todo o gosto que a Câmara assuma as responsabilidades, contudo há dois problemas: por um lado o Governo não reconhece ao Presidente da Câmara a capacidade de gerir toda a estrutura, o que é lamentável, quer na saúde quer na educação; o outro prende-se com o facto de que na transferência de competências, não ser dito com rigor qual é o papel das autarquias em termos financeiros. O que não pode acontecer. No seu entendimento, deve-se pelo menos pedir a avaliação de quanto é que isto custa. -----

----- O Senhor Presidente concluiu este ponto referindo que, posteriormente, dará conhecimento ao Órgão Executivo do que for discutido na reunião com os restantes Presidentes de Câmara. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- A Câmara tomou conhecimento da informação sobre a transferência de competências, no âmbito da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto (gestão das áreas protegidas). -----

Alteração do nome da entidade beneficiária do subsídio atribuído em 5 de junho de 2019, pedido pelo Rotary Club de Seia. -----

----- Foi presente, para deliberação, o assunto supracitado. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que a proposta apresenta ao Órgão Executivo vai no sentido de revogar a decisão tomada em 5 de junho, por este órgão autárquico. Recordou que, na altura, foi deliberado atribuir um subsídio de quinhentos e cinquenta e cinco euros (555,00€) ao Rotary Club de Seia. Posteriormente, esta entidade agradeceu à Câmara através de ofício, contudo referiu que não podem receber esse valor, pois o mesmo terá de ser recebido através de um organismo nacional, visto que a entidade supracitada não pode fazer movimentos financeiros. Face ao exposto, solicitam que o subsídio em causa seja pago à Associação da Governadoria do Distrito Rotário 1970. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia avocou que aquilo que é grave nesta situação, é que esta entidade não podia solicitar esse subsídio, pois não está registada nas Finanças. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que o Rotary Club de Seia podia solicitar o subsídio em causa, contudo tinha de o fazer através da Associação da Governadoria do Distrito Rotário 1970.

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso sugeriu que apenas fosse alterado o destinatário do subsídio. -----

----- O Senhor Presidente concordou com a proposta do Senhor Vereador José Cardoso. Considerou que a Câmara pode deliberar que o Rotary Club de Seia não possui número de contribuinte, nem se encontra inscrito na Segurança Social, como tal foi decidido alterar a transferência bancária para a conta titulada pela Associação da Governadoria do Distrito Rotário 1970. -----

Neste contexto, solicitou a alteração deste ponto na Ordem de Trabalhos, ou seja onde se lê: *“Revogação da deliberação tomada em 5 de junho de 2019 – Pedido de apoio à participação na Orquestra Juvenil Europeia de um aluno de Manteigas.”* deverá ler-se: *“Alteração do nome da entidade beneficiária do subsídio atribuído em 5 de junho de 2019, pedido pelo Rotary Club de Seia.”*. -----

----- A Câmara concordou em alterar o ponto 3.3 da Ordem de Trabalhos, sendo designado de *“Alteração do nome da entidade beneficiária do subsídio atribuído em 5 de junho de 2019, pedido pelo Rotary Club de Seia.”* -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- Tendo em conta que no dia 5 de junho de 2019, foi deliberado apoiar a participação de um aluno Manteigas, na Orquestra Juvenil Europeia, pedido formulado pelo Presidente do Rotary Club de Seia. -----

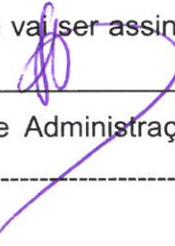
Considerando que o Rotary Club de Seia não possui número de contribuinte, nem se encontra inscrito na Segurança Social, foi deliberado efetuar a transferência bancária para a conta nº PT50 0010 0000 4733 7350 0053 5, titulada pela Associação da Governadoria do Distrito Rotário 1970. -----

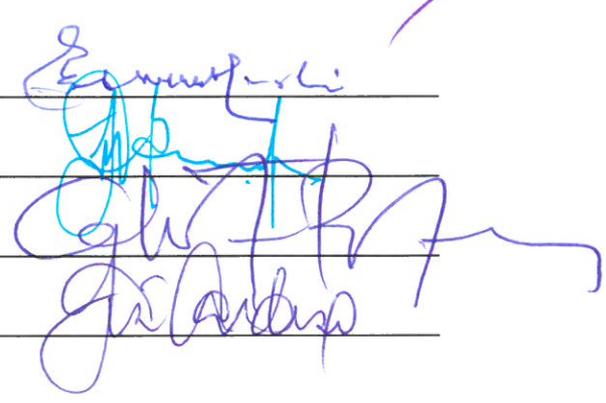
----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Finanças Municipais. -----

----- Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo em dinheiro no montante de setecentos e treze mil, seiscentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos (713.659,58€). -----

----- E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das dezasseis horas foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. -----

----- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim  _____
Maria Gabriela da Palma Gomes Cravinho, Chefe da Divisão de Administração Geral, que a redigi.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

